



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	16327.915389/2009-93
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	3302-001.498 – 3^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de	21 de março de 2012
Matéria	PER/DCOMP - DCTF RETIFICADORA
Recorrente	BANCO ITAÚ S/A
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Normas de Administração Tributária

Ano-calendário: 2006

COMPENSAÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. DCTF RETIFICADORA. EFEITOS. A DCTF retificadora, nas hipóteses em que é admitida pela legislação, substitui a original em relação aos débitos e vinculações declarados, sendo consequência de sua apresentação, após a não homologação de compensação por ausência de saldo de créditos na DCTF original, a desconstituição da causa original da não homologação, cabendo à autoridade fiscal apurar, por meio de despacho devidamente fundamentado, a liquidez e certeza do crédito do sujeito passivo. Acórdão nº 3302-01.406 sessão de 26/01/2012

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Walber José da Silva - Presidente

(assinado digitalmente)

Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, José Antonio Francisco, Fabiola Cassiano Keramidas, Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz, Alexandre Gomes e Gileno Gurjão Barreto.

Relatório

Trata-se de PER/DCOMP transmitido em 24/06/2008 (fls. 17), no qual é pretendida a compensação de IOF no valor de R\$126.513,27, com vencimento em 25/06/2008, cujo crédito teria se originado de recolhimento indevido de CPMF.

Através do Despacho Decisório Eletrônico de fls. 15, a DRF de origem denegou a compensação pleiteada, considerando que o alegado direito creditório já fora utilizado para a quitação de débito da requerente, *não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.*

A manifestação de inconformidade apresentada pelo interessado (fls. 01/08) foi considerada improcedente pela Terceira Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campinas – SP, através do Acórdão nº 05-32.464, sessão de 07/02/2011 (fls. 33/35, assim ementado:

Assunto: Normas de Administração Tributária

Ano-calendário: 2006

Ementa: DIREITO CREDITÓRIO. PROVA.

Correto o despacho decisório que não homologou a compensação declarada pelo contribuinte por inexistência de direito creditório, tendo em vista que o recolhimento alegado como origem do crédito estava integralmente alocado na quitação de débitos confessados.

O reconhecimento do direito creditório aproveitado em DCOMP não homologada requer a prova de sua existência e montante. Faltando ao conjunto probatório carreado aos autos elementos que permitam a verificação da existência de pagamento indevido ou a maior frente à legislação tributária, o direito creditório não pode ser admitido.

DIREITO DE CRÉDITO. REGIME DE RETENÇÃO. ÓNUS FINANCEIRO. COMPROVAÇÃO.

Tratando-se de crédito envolvendo tributo retido pela instituição financeira na qualidade de responsável, cabe a esta a comprovação de que alegado pagamento a maior foi por ela suportado.

Cientificado dessa decisão em 09 de março de 2011 (AR. de fls. 39), no dia 07 de abril seguinte o interessado apresentou recurso voluntário a este Conselho, no qual foram trazidos os argumentos de defesa a seguir sintetizados:

- que o tributo não compensado não lhe poderia ser exigido em face de o direito creditório ter-se originado de recolhimento indevido de CPMF que equivocadamente fora retida e posteriormente estornada sendo, assim, legítimo o direito ao crédito e a conseqüente homologação da compensação declarada;

- que a decisão recorrida não reconhecia o direito creditório sob o fundamento de que o argüido pagamento indevido ou a maior não fora devidamente comprovado, sendo que os documentos então acostados à manifestação de inconformidade comprovariam, de forma inequívoca, o seu direito creditório;

- que, *conforme amplamente exposto na defesa apresentada, o Recorrente recolheu CPMF, indevidamente, no mês agosto de 2006*, tendo em vista que, *nos termos do artigo 8º, da Lei nº 9.311, de 24.10.1996, os lançamentos em conta corrente de depósito das sociedades de investimento e dos fundos de investimento são tributados à alíquota zero*, passando à transcrição do referido dispositivo;

- que os extratos das contas (*doc. 05*) demonstram o estorno dos valores retidos indevidamente, *evidenciando que o Recorrente suportou o ônus do pagamento da CPMF indevidamente retida*, sendo *incontroversa a conclusão de ter sido o Recorrente o responsável pelo pagamento da CPMF*;

- que no processo administrativo, diferentemente do que ocorre no processo judicial, prevalece o princípio da verdade material em detrimento da verdade formal, cumprindo à autoridade administrativa, para a solução do litígio, promover a incessante busca do que realmente traduz a verdade dos fatos, fazendo citações doutrinárias para corroborar seus argumentos.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz, Relator.

O recurso é tempestivo e assente em lei, devendo ser conhecido.

Extrai-se do relatório que o pleito do recorrente é no sentido de ser-lhe reconhecido direito creditório que teria se originado de recolhimento da Contribuição CPMF que fora retida indevidamente sobre movimentação financeira de sociedades de investimento e de fundos de investimento que, nos termos do artigo 8º da Lei nº 9.311, de 24/10/1996, seriam tributadas à alíquota zero.

O Despacho Decisório Eletrônico, emitido em 07/10/2009 (fls. 15), considerou não mais existente o direito creditório, porquanto o mesmo já teria sido utilizado para a compensação de débitos do requerente.

Ao julgar a manifestação de inconformidade, a decisão recorrida, além de considerar que o direito creditório não fora devidamente comprovado quanto à sua real existência, trouxe mais um fator que também impediria a homologação pretendida, qual seja, o fato de a CPMF ser um tributo cujo ônus recaia sobre o titular da movimentação financeira, sendo a instituição que a retém apenas responsável pela sua cobrança e recolhimento, cabendo a esta a comprovação de que o pagamento a maior ou indevido fora por ela suportado.

Conclui o órgão de julgamento administrativo de primeiro grau que, *faltando aos autos a comprovação da existência de pagamento indevido ou a maior, o direito creditório não pode ser admitido e a compensação que dele se aproveita não pode ser homologada.*

Consta às fls. 23/24 dos autos que em **28/08/2009** fora transmitida pela internet DCTF retificadora, portanto em data anterior à emissão do Despacho Decisório, ocorrido em **07/10/2009**. Na mencionada retificadora foi declarado débito no valor total de R\$137.692.232,40, constando como créditos o pagamento através de DARF no valor de R\$137.457.015,74, e mais R\$235.216,66, com suspensão.

Do acima exposto, entendo que, nesta assentada, a questão básica a ser enfrentada por este Colegiado diz respeito à possibilidade de validação da DCTF retificadora, para efeito da comprovação da real existência do indébito fiscal que gerador do questionado direito creditório.

A propósito, na manifestação de inconformidade é asseverado que a não homologação teria ocorrido *pela entrega da DCTF original sem a contemplação do valor desse crédito, o que é indispensável para o cruzamento de informações nos sistemas da RFB*, acrescentando que, **no entanto, mencionada DCTF original foi retificada em 28/08/2009, apresentando o crédito controvertido** (fls. 03).

Assevera ainda na manifestação de inconformidade (fls. 04) que, *consoante se observa dos documentos anexos, em maio de 2006 a empresa apresentou sua Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais – DCTF, apurando para extinção por pagamento o valor da CPMF (5869) no montante de R\$137.457.015,74, tendo sido efetuado o recolhimento mediante guias DARF's (anexas), no valor total de R\$137.836.505,77, ou seja, em valor maior que o devido e* Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 20/06/2012 por FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QU, Assinado digitalmente em 20/06/2012 por FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QU, Assinado digitalmente em 25/06/2012 por WALBER JOSE DA SILVA

Impresso em 16/07/2012 por ELAINE ALICE ANDRADE LIMA

declarado para pagamento em espécie, conforme abaixo relacionado, e que seria esse recolhimento a maior, no valor de R\$379.490,03, a origem do crédito em questão:

Resumindo o que foi acima exposto, temos que:

Com relação ao Despacho Decisório – fls. 15:

Características do DARF: Valor total – R\$137.830.410,19, que teria sido totalmente utilizado para o pagamento de outros débitos.

Com relação à DCTF retificadora – fls. 23/24:

- Débitos do período: R\$137.692.232,40
- Créditos: Pagamento através de DARF - R\$137.457.015,74

Suspensão - R\$235.216,66.

Aduz a recorrente que esse pagamento a ser feito através de DARF, no valor de R\$137.457.015,74, fora efetuado pelo valor de R\$137.836.505,77, mediante guias DARF's (anexas), sendo essa diferença, no valor de R\$379.490,03, a origem do crédito.

A esse propósito, peço vênia para transcrever o voto proferido pelo i. Conselheiro José Antonio Francisco no Acórdão nº 3302-01.406, julgado na sessão desta 3ª Turma Ordinária em 26/01/2012, da qual participei como membro do Colegiado, que com muita precisão soube equacionar o caso e delinear a solução mais adequada, a cujos fundamentos me filio e adoto como razões de decidir:

O acórdão de primeira instância indeferiu o pedido, considerando que, embora houvesse efetuado a retificação da DCTF, seria necessária a comprovação da liquidez e certeza dos indébitos, o que a Interessada não teria efetuado.

Ocorre que a retificação de DCTF tem efeitos desconsiderados pelo acórdão de primeira instância.

É certo que, anteriormente à atual sistemática, a DCTF retificadora somente se prestava a reduzir o montante do tributo declarado, sujeitando-se a um processo tributário de análise de mérito por parte da autoridade fiscal, de forma que o valor inicialmente declarado somente seria alterado para o menor se houvesse prova antecipada do erro.

Atualmente, entretanto, desde as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, art. 18, a DCTF retificadora, quando admitida, tem os mesmos efeitos da original (art. 9º, I, da IN RFB nº 1.110, de 2010).

De acordo com a IN citada acima, que é a mais recente, somente não seriam admitidas para reduzir o tributo declarado as DCTF retificadoras relativas a tributos cuja cobrança tenha sido enviada à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou que tenham sido objeto de exame em procedimento de fiscalização.

Obviamente, não foi o que ocorreu nos presentes autos, uma vez que o procedimento eletrônico referiu-se à declaração de compensação e não à DCTF.

Portanto, o despacho que não homologou a compensação não impedia a DCTF retificadora, que, por sua vez, substituiu completamente a original.

Para que não houvesse tal situação, a Receita Federal teria que prever que o despacho de não homologação da declaração de compensação, baseado na inexistência de saldo de crédito pela sua alocação a débito declarado em DCTF, fosse causa de não admissão da DCTF.

Como não é, a DCTF retificadora apresentada alterou a situação jurídica anteriormente constatada pelo despacho decisório, de que inexistiria indébito pela ausência de saldo de crédito.

Dante do quadro acima exposto, conclui-se que, primeiramente, as compensações foram não homologadas corretamente, de acordo com os fatos existentes à época do despacho decisório.

O acórdão de primeira instância considerou não demonstrado o direito de crédito, no que tem razão, mas, com a retificadora, o ônus de prova não era mais do sujeito passivo.

Dessa forma, tal indébito tem que ser devidamente apurado pela autoridade fiscal, quanto à sua liquidez e certeza. Somente após tal providência é que eventualmente poderá ser denegada a compensação.

Assim, os autos devem retornar à delegacia de origem, para que o fisco apure os indébitos, mediante procedimento de diligência, para, então, o parecer ser submetido ao exame da seção competente da delegacia de origem, que deve novamente apreciar a compensação.

À vista do exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso, para determinar a apuração da liquidez e certeza do crédito da Interessada pela autoridade fiscal, submetendo-se a homologação das compensações a novo despacho decisório.

A respeito do segundo ponto levantado na decisão recorrida, sobre a quem coubera o ônus pelo alegado pagamento indevido, a recorrente aduz que esses valores retidos indevidamente teriam sido estornados e que assumira todo o encargo financeiro ocasionado pelo equívoco cometido, ressaltando que os *extratos das contas (doc. 05) demonstram o estorno dos valores.*

Dessa forma, até por uma questão de economia processual, faz-se necessário que a autoridade de fiscalização verifique também se a documentação apresentada é suficiente para comprovar se, de fato, o ônus financeiro pelo alegado pagamento indevido recaíra sobre o recorrente.

Nessa ordem de juízos, adotando os fundamentos do voto condutor do Acórdão nº 3302-01.406, acima transcrito, voto por dar provimento parcial ao recurso, para Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 20/06/2012 por FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QU, Assinado digitalmente em 20/06/2012 por FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QU, Assinado digitalmente em 25/06/2012 por WALBER JOSE DA SILVA

Impresso em 16/07/2012 por ELAINE ALICE ANDRADE LIMA

determinar a apuração da liquidez e certeza do crédito do interessado pela autoridade fiscal, submetendo-se a homologação das compensações a novo despacho decisório.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz

CÓPIA